
Reflexões teóricas para pensar as relações entre mídias, identidades culturais, movimentos sociais e cidadania

Jiani Bonin¹

Livia Saggin²

Resumo: O texto tem como objetivo principal delinear perspectivas teórico-metodológicas que colaborem para entender aspectos relativos à inter-relação entre mídias, identidades culturais movimentos sociais contemporâneos e cidadania. As problematizações incluem perspectivas que consideram o âmbito das apropriações das mídias e a necessidade de repensar o lugar e o papel dos sujeitos nos processos midiáticos. Abrangem, ainda, proposições relativas à constituição dos movimentos sociais contemporâneos e das identidades culturais em suas imbricações com os processos comunicacionais e midiáticos. Articulada a estas problematizações, a noção de cidadania é trabalhada nos seus vínculos com os processos comunicacionais e com diferentes dimensões constitutivas dos sujeitos e de sua experiência sociocultural.

Palavras-chave: apropriações midiáticas; identidades culturais; novos movimentos sociais; cidadania; cidania comunicativa.

Abstract: This text aims to delineate theoretical-methodological perspectives, which collaborate to understand aspects associated to the inter-relation among media, contemporary social movements, cultural identities and citizenship. The problematizations include perspectives that consider the scope of media appropriations and the need to rethink the place and the role of the subjects on media processes; also, covers propositions related to the contemporary social movements constitution and the cultural identities in its imbrications as communicational and media processes. Articulated with these problematizations, the idea of citizenship is developed on its bonds with communication processes and with different dimensions that constitute the subjects and they are sociocultural experience.

Keywords: media appropriations; cultural identities; new social movements; citizenship; communicative citizenship.

¹ Prof^a. Dr^a. do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: jianiab@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: liviasaggin@gmail.com.

Introdução

Assistimos a transformações no âmbito dos vínculos dos sujeitos com as mídias, na constituição das identidades culturais e dos movimentos sociais que tem vinculações com os processo de midiaticização. No contexto contemporâneo, essas mudanças ganham novos dinamismos com o advento da comunicação digital. Progressivamente, dissemina-se o domínio de recursos e de práticas de produção tecnológica de comunicação e inauguram-se novas formas de participação, compartilhamento e geração de produtos culturais digitalizados que levam a uma redefinição do lugar dos sujeitos, tradicionalmente denominados de *receptores*, nos processos midiáticos. Emergem formas organizativas de ativismo e de movimentos configurados em redes, que redesenham os modos como se concretiza a ação social e a luta pela cidadania. Complexificam-se os processos de constituição das identidades culturais quando vinculados à vivência dos sujeitos em ambiências multimidiaticizadas. A problemática da cidadania ganha novos contornos no âmbito desses processos, exigindo ser pensada em múltiplas dimensões, entre elas a comunicativa. Essas transformações colocam desafios à pesquisa comunicacional, entre eles o da formulação de perspectivas teórico-metodológicas que possam colaborar produtivamente para a sua compreensão.

Nesse texto temos o propósito de oferecer elementos para alimentar o debate teórico sobre as inter-relações entre mídias, identidades culturais, movimentos sociais contemporâneos e cidadania levando em conta a contribuição de autores cujo pensamento consideramos fértil para esta tarefa. No trajeto reflexivo consideramos, inicialmente, a problemática das apropriações das mídias a partir de perspectivas que nos instigam a repensar o lugar e o papel dos sujeitos nos processos midiáticos; passamos, então, a articular e discutir proposições para pensar os movimentos sociais contemporâneos e a construção das identidades culturais em suas imbricações com os processos comunicacionais e midiáticos. A cidadania é problematizada em articulação com estas dimensões, levando em conta o papel constitutivo da comunicação na sua construção.

Perspectivas para pensar as apropriações das mídias digitais

Com vistas a pensar a problemática das apropriações midiáticas no contexto contemporâneo, consideramos perspectivas que nos revelam a necessidade de questionamento profundo em relação a uma dimensão investigativa que tem presença fundamental na área da comunicação, a *pesquisa em recepção*.³ Os pesquisadores da comunicação têm, desde o início da constituição do campo, se voltado à pesquisa deste âmbito do processo comunicacional ou, como chamado no princípio, à *pesquisa das audiências*. A palavra *receptor* ganha força nas formulações de teóricos da comunicação em correspondência com o esquema da comunicação linear proposto pelo funcionalismo. A noção do *receptor* é concebida no âmago da pesquisa administrativa. No âmbito dessa perspectiva, o sujeito é situado numa relação de alteridade, como parte de um público afastado das esferas de produção da comunicação.

A vertente dos estudos culturais gerou, em suas propostas mais produtivas, uma complexificação da compreensão do lugar dos sujeitos nos processos comunicacionais. No seu âmbito, os sujeitos foram concebidos como produtores de sentido nos processos de recepção e situados em contextos socioculturais concretos reconhecidos como constitutivos de suas significações. Mas esta vertente também gerou, em desdobramentos de suas propostas, a ideia do “receptor” soberano, com poder de decisão sobre suas formas de consumo. As possibilidades de escolher entre as diversas opções midiáticas abertas pela internet potencializaram esse tipo de concepção.

Contemporaneamente, assistimos a um processo de midiaticização que penetra e reconfigura os diversos campos sociais constituindo, também, as culturas e identidades dos sujeitos que se apropriam das mídias. Mas é preciso reconhecer que sua incidência e suas consequências se dão de formas distintas nos diversos campos sociais e domínios da experiência (MALDONADO, 2014). Avistamos um processo que extrapola as fronteiras midiáticas, entrelaçado nas

³ As problematizações relativas a esta dimensão das apropriações dialogam particularmente com propostas desenvolvidas por MALDONADO (2014) e BONIN (2014).

práticas de apropriação comunicativa dos sujeitos que potencialmente criam e recriam, reconstróem e modificam práticas sociais mais variadas a partir dos contextos concretos em que vivem.

Sinalizamos a importância, em termos metodológicos, de olhar os processos de apropriação midiática a partir da ótica de que o mundo da produção de sentidos não é mecânico, pelo contrário, é múltiplo, vasto, marcando um distanciamento com a matriz estruturalista de ideia de recepção passiva. Consideramos que os processos de digitalização da comunicação, como condição de produção simbólica, são fundantes para uma ruptura e desarticulação da ideia clássica e formal do receptor a partir do estabelecimento de novas condições de *produção comunicativa para os sujeitos*.

Nesse sentido, as pesquisas que tem como mote a investigação das apropriações midiáticas necessitam levar em conta o fato de que as relações existentes entre os *sujeitos* e sua vasta gama de configurações sociais não se dão de maneira mecânica e direta. Se realizam, contrariamente, em uma complexidade, formando sujeitos com singularidades. Logo, os públicos/sujeitos necessitam ser pensados tendo em conta uma multiplicidade de dimensões constitutivas de sua realidade: histórica, cultural, social, ética, política, tecnológica, psicológica e semiótica, tal como propõe Maldonado (2014). Sem a problematização dessa gama de mediações, entendendo os sujeitos contemporâneos como reprodutores mas também como inventores e transgressores dentro do campo comunicacional, torna-se rasa e incompleta a análise que procura compreender suas significações.

Quando analisamos as apropriações midiáticas no mundo contemporâneo, especialmente aquelas que se realizam nos meios de comunicação digitais, é necessário problematizar os condicionamentos impostos a essas apropriações, especialmente quando pensamos estes processos desde a perspectiva da *cidadania*. Compartilhamos com Moglen (2012) a ideia de que os sujeitos contemporâneos são possuidores, cada vez mais, de capacidades de produção e de criação culturais e comunicacionais. Entretanto, essa mesma tecnologia digital que aproxima os sujeitos das esferas de produção

e criação também realimenta um sistema de produção apoiado por uma cultura de consumo de massa, levando a novas condições sociais nas quais uma renovada estrutura de antagonismos de classe se acelera.

Moglen (2012) ainda nos alerta para um movimento de cerceamento das inúmeras liberdades possibilitadas pelo avanço e pela participação na esfera digital, realizado a partir de interesses político-sociais hegemônicos que perceberam, historicamente, que esses movimentos de libertação popular, de acesso ao conhecimento e à informação, eram nocivos aos seus planos de dominação e subjugação social. É nesse sentido que compreendemos que, em termos de cidadania, as apropriações comunicacionais podem sofrer um estreitamento em relação à possível formação de sujeitos comunicantes/cidadãos, que se vêem forçadamente realocados numa posição de consumidores ordinários da cultura de massas.

Os movimentos sociais contemporâneos e a internet

O temor das elites político-sociais-econômicas em relação à tomada crescente de conhecimento pelas classes populares é justificado a partir da análise de alguns movimentos sócio-comunicacionais, como *Os Indignados*, na Espanha. Manuel Castells (2013) realiza uma análise aprofundada do movimento, pontuando elementos essenciais para a sua compreensão. Sua análise mostra que a internet foi um fator fundante dentro de todo o trabalho promovido pelo *Indignados*. Revela que os processos de comunicação digital abrem, possibilitam e impulsionam formas de participação dos indivíduos nos movimentos sociais contemporâneos.

Embora o desenvolvimento das tecnologias de comunicação digital tenha inegável papel no desencadeamento das revoltas populares contemporâneas, pensamos que é necessária uma análise do contexto como propulsor desses movimentos configurados organizativamente em forma de rede. Entendemos que as insubordinações populares estão vinculadas a um esgotamento da crença na democracia liberal representativa e à tomada de consciência da necessidade de uma reforma política que leve a modelos participativos. Também estão relacionadas ao fracasso do modelo baseado num fundamentalismo do

mercado, propulsor de graves crises financeiras, catalisadoras do início dos movimentos de transformação. Entretanto, no cerne dos abalos financeiros concentram-se outras crises, de representação e de legitimação política, provocadas pela percepção da cumplicidade entre as elites financeiras e políticas. Uma percepção de que os problemas e as dificuldades enfrentadas são algo sistêmico, profundo e enraizado, formando um esquema entrópico. Essas condições econômicas, sociais e políticas enfrentadas são formadoras desse contexto no qual as novas redes sociais proporcionadas pelo ambiente digital ganham notoriedade nos processos revolucionários.

Essa notoriedade é conquistada pela confluência de diversidades, posturas e visões muito mais dinâmicas possibilitadas pela configuração desses espaços digitais, nos quais a rede mundial permite, potencialmente, a chance de uma multiplicidade participativa. Já na obra “A sociedade em rede” Castells (2011) havia elaborado uma argumentação na qual ressaltava as características conturbadas da sociedade atual, que incluíam as drásticas mudanças nas dinâmicas econômicas, o advento irrefreável do capitalismo, da economia criminosa, da globalização, a aproximação e a interpenetração de culturas distintas, os choques culturais que acabavam gerando uma sensação de desorientação. As transformações apontadas estariam, também, ligadas a

[...] mudanças radicais no âmbito da comunicação, derivadas da revolução tecnológica nesse campo. A passagem dos meios de comunicação de massa tradicionais para um sistema de redes horizontais de comunicação organizadas em torno da internet e da comunicação sem fio introduziu uma multiplicidade de padrões de comunicação na base de uma transformação cultural fundamental à medida que a virtualidade se torna uma dimensão essencial da nossa realidade (CASTELLS, 2011, p. 2).

Ao pensar o fenômeno do movimento *Indignados*, ainda considerando a análise de Castells (2011; 2013), vemos a importância dessas novas redes digitais que, na apropriação do movimento, constituíram as próprias mediações do mesmo, numa concepção e articulação de estratégias de comunicação. Essa se configura como a macro-estratégia dos movimentos sócio-comunicacionais: a construção de poder através da utilização das redes de comunicação alocadas no ambiente digital.

Compreendemos, ainda, que essa apropriação de natureza tecno-política não advém meramente de uma invenção contemporânea, mas se vincula a uma cultura do ciberativismo formada já na década de 1960 e que pensava a informação como elemento humano, crucial e central, indispensável para a construção de conhecimento, do engajamento social e político. É nesse período que começam a surgir as noções relativas ao livre acesso e circulação da informação. Diante disso, vemos que os movimentos sócio-comunicacionais contemporâneos reapropriam essa cultura ciberativista, agora utilizando os recursos de digitalização da comunicação em termos de novas estratégias de comunicação através das redes sociais digitais.

Retomando as ideias de Moglen (2012), pensar a internet e os avanços possibilitados desde a sua expansão crescente apenas pelo viés integrador é perigoso e danoso à pesquisa científica em comunicação. A internet contribuiu significativamente para que o direito à informação e à comunicação, como necessidade humana, social e política, fosse expandido. Entretanto, não se desenvolveu ainda seu acesso a todas as pessoas de maneira igualitária. Também são consideráveis os deslocamentos em direção à quebra das restrições impostas às informações ditas confidenciais, protegidas por direitos autorais, políticas e econômicas - que são estratégicas - provocadas pelo avanço das redes digitais, embora estes sejam passos que se ampliam lentamente em relação aos contra poderes hegemônicos cristalizados na sociedade.

Na compreensão dos movimentos sócio-comunicacionais e de como os sujeitos realizam as apropriações comunicativas, faz-se necessário compreender que as redes digitais de comunicação, a partir de suas utilizações estratégicas colaboram para a emergência, nos sujeitos engajados nos movimentos sociais e na sociedade como um todo, de novas culturas cívicas e de cidadania, possibilitando a visualização de transformações políticas tangíveis. Trata-se, portanto, de uma revolução cultural, em que “a verdadeira transformação estava [está] ocorrendo na mentalidade das pessoas” (CASTELLS, 2013: 114).

Essa revolução cultural não é desconectada de um contexto histórico mais amplo. Cortina lembra que já nas décadas de 1960 e 1970 se percebeu que

nas sociedades hedonistas se tornava impossível a superação das crises pela “[...] falta de adesão por parte dos cidadãos ao conjunto da comunidade, e sem essa adesão é impossível responder conjuntamente aos desafios que se apresentam a todos” (CORTINA, 2005, p. 18). Ou seja, se vislumbrou uma crise de civilidade e de responsabilidade pela coisa pública, na qual os sujeitos não sentem o menor apreço pelas suas comunidades e, assim, não estão dispostos a abrir mão de interesses egoístas em nome do bem público.

Na perspectiva de Cortina (2005), a cidadania e o exercício dela devem considerar a construção de um conceito que reflita tanto dimensões vinculadas à esfera dos sujeitos, concebendo suas múltiplas heterogeneidades (culturais, sociais, econômicas, políticas, psicológicas, etc.), quanto à forma como eles interagem entre si e com as suas comunidades.

A cidadania é um conceito mediador porque integra exigências de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade, une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença. Por isso, elaborar uma teoria da cidadania ligada às teorias da democracia e justiça, mas com uma autonomia relativa diante delas, seria um dos desafios de nosso tempo. Por que uma teoria como essa poderia oferecer melhores argumentos para sustentar e fortalecer uma democracia pós-liberal também no nível das motivações: uma democracia em que se encontrem as exigências liberais de justiça e as comunitárias de identidade e de pertença (CORTINA, 2005, p. 27-28).

Em relação à construção teórica do conceito de cidadania constatamos que, ao longo do tempo, sua compreensão se expandiu e se complexificou, tornando-se uma esfera a ser pensada e problematizada - para além das dimensões do campo jurídico, das políticas e de participação democrática nos regimes e decisões governamentais - de maneira a incorporar as dimensões cultural, civil, social, econômica e comunicacional.

A noção de *pertença* a uma sociedade, de criação de sentido e reconhecimento dentro de uma comunidade são fatores que necessitam ser trabalhados dentro do tecido social de forma que os sujeitos entendam que as suas participações dentro da comunidade onde existem são importantes para o desenvolvimento dela. É nesse sentido que Cortina considera que o conceito de *identidade*

[...] conta em nossos dias e em nossas sociedades com um componente irrenunciável, a igualdade de todos cidadãos em dignidade; mas também conta com esses elementos específicos de cada indivíduo e de cada comunidade étnica, religiosa ou nacional às quais pertencem, e que são os que lhes propõe formas de vida boa (CORTINA, 2005, p. 25).

A partir da conceituação elaborada pela autora, entendemos que o conceito de identidade necessita ser pensado de forma não redutora, de maneira a considerar a existência de identidades plurais, tendo no horizonte a igualdade na dignidade e não somente na esfera econômica ou jurídica. Isso se vincula à busca por uma cidadania intercultural que reconheça, respeite e abrace as diferenças. Considerando as realidades contemporâneas, ainda visualizamos a necessidade urgente e gritante do respeito às alteridades, a outras formas de expressão, a ideias, a culturas, à integralidade humana nas suas mais variadas expressões.

Um conceito de *ciudadania plena*, na perspectiva de Cortina (2005), deve integrar um conjunto de direitos legais, um conjunto de responsabilidades morais e também uma identidade. Nesse conjunto de ideias que a autora nos oferece, a que mais nos apresenta elementos a serem trabalhados é a de compreender a cidadania como um *conceito mediador e complexo*, no qual precisam estar incluídas outras dimensões como a comunicativa, a científica, a acadêmica, a ética, a educativa e a multicultural.

Compartilhamos das argumentações dessa autora de que não basta a racionalidade da justiça para a elaboração de uma teoria da cidadania, é preciso incluir as dimensões da *identidade*, da *emocionalidade* e da *ética*. Nossa argumentação caminha no sentido de que esses elementos podem ser pensados e trabalhados também pelo *campo comunicacional*. Defendemos isso considerando, também, as formulações de Castells (2011; 2013), embasados no argumento de que, no cenário contemporâneo da sociedade multimidiatizada, o direito à comunicação, potencializado através dos dispositivos tecnológicos e das redes digitais, é um dos elementos principais para o desenvolvimento da cidadania, sendo pauta de discussões realizadas pela Unesco desde a década de 1960. Como argumenta Peruzzo (2012), a comunicação é uma dimensão fundamental para o exercício da cidadania de todos os sujeitos. Os indivíduos, a

partir do surgimento dessas novas redes digitais de comunicação, podem se sentir comunicativos, importantes, incluídos e participantes dentro da sua comunidade, em movimentos de construção e exercício da cidadania.

Problematizações para pensar as identidades culturais

García Canclini (1998) realiza uma problematização relevante para o campo da comunicação, pensando que a cultura e as identidades necessitam fazer parte das dimensões incluídas para pesquisar a ação das mídias. Concebemos que a dimensão antropológica precisa ser levada em conta quando se pesquisa a ação das mídias na sociedade e na formação das identidades, pois essa ação e suas consequências ocorrem de maneira complexa e se articula a múltiplas dimensões. Entretanto, não podemos deixar de lado outros aspectos que vão incidir na configuração da sociedade, as inter-relações com outras dimensões (como a globalização, etc.), que são também constitutivas dos processos midiáticos.

A noção de culturas híbridas proposta pelo autor ajuda a compreender que não se pode pensar a problemática da constituição das culturas e identidades sem que se considere a existência de dinâmicas *entre* as culturas, de transações, de movimentos de articulação e de flexão. O conceito de *culturas híbridas* nos provoca a olhar não para os elementos que separam as diferentes culturas (etnias, classes, raças, etc.), mas para os que as aproximam. Esse exercício não nega a existência dos desníveis e diferenças culturais, mas foca no entendimento de que essas distinções se dão de outros modos.

No cerne da compreensão do conceito está o entendimento de que as culturas e identidades são constituídas historicamente. As hibridizações culturais têm históricas muito largas temporalmente. São processos constituídos por fatores como migrações, colonizações, religiões, histórias familiares, etc. Por isso, entendemos que é simplificador e perigoso pensar que somente a ação das mídias é capaz de modificar as culturas e as identidades. Elas certamente contribuem de modo relevante para estas transformações, mas são um fator numa multiplicidade de outros, que devem ser também levados em conta.

Essas imbricações e modificações culturais estão relacionadas ao trabalho e à influência de diversas instituições e agentes, entre eles as mídias que, entrelaçados, tecem uma rede que atua em várias dimensões. Compreendemos, portanto, em diálogo com García Canclini (1998), que as mídias têm um papel fundamental nos processos de constituição e de hibridização culturais. Entretanto, sua configuração e atuação junto ao tecido social não pode ser pensada de forma vertical. Numa perspectiva de cidadania, é importante pensar estes processos a partir da abertura dos sujeitos à participação, ainda que limitada, na comunicação, particularmente quando pensamos tais processos no âmbito das redes comunicacionais digitais, não problematizadas pelo autor.

Pensar a cultura como elemento vivo e em movimento é também um viés que encontramos no pensamento de Hall (2009a) e que nos ajuda a compreender como essa concepção e adoção junto ao fazer político se torna essencial para a construção da cidadania. Nesse sentido, é indispensável o entendimento de que a cultura não tem um repertório fixo, mas que se configura no movimento. Precisamos reconhecer suas complexidades, suas misturas, seus hibridismos. É nessa via que se quebram as ideias conservadoras que relacionam a cultura e sua manutenção apenas a partir de tradições, de patrimônios, etc.

Considerar as questões da diversidade cultural e da convivência multicultural dentro da problemática das relações interculturais que emergem da realidade contemporânea é na perspectiva de Hall (2009a) um exercício necessário para que se possa construir uma teoria da cidadania cultural. Essa problemática, que emerge da nossa realidade social, demanda pensar formas de construção de políticas que possam levar à cidadania cultural. Esse é um dos eixos do trabalho e do pensamento do autor, que argumenta que a diversidade cultural é um elemento importante e precisa ser considerado quando se pensa a cidadania e as políticas culturais/sociais a partir de estratégias que ajudem a gerir a complexidade multicultural e os problemas que dela emergem.

Retomando García Canclini (1998), a problematização sobre o papel das mídias em relação às formações culturais, especialmente nos processos de

hibridização, de reconhecimento, de abertura e respeito às diferenças, tem relação direta com o debate acerca da democratização da comunicação. Somos impelidos a realizar essa relação a partir do reconhecimento de que, no contexto midiático brasileiro contemporâneo, a mídia hegemônica tem papel configurador nos processos de visibilização, de negação e de representação escassa, quando não estereotipada, de culturas que são o resultado complexo desses processos de hibridização e movimento constante.

Esse também é parte do argumento de Hall (2009a), que observa que as políticas culturais, problematizadas num horizonte de multiculturalismo, precisam pensar estratégias que levem à promoção da cidadania cultural, considerando que essas múltiplas culturas estão atravessadas por inúmeros fenômenos, como a globalização e a midiaticização, nos vínculos cotidianos entre eles. Nas construções midiáticas, deve existir esse reconhecimento e respeito às diferenças, de modo a contribuir para a construção da cidadania cultural.

Vinculadas a estas problematizações e inquietações proporcionadas por García Canclini (1998) e Hall (2009a), retomamos as ideias de Cortina (2005: 30), de que “a cidadania, como toda propriedade humana, é o resultado de uma prática, a aquisição de um processo que começa com a educação formal (a escola) e informal (família, amigos, meios de comunicação, ambiente escolar).” Nesse sentido, *aprendemos a ser cidadãos* não meramente pela imposição de leis e de estatutos em defesa da cultura, do respeito à diversidade, etc., mas pelo reconhecimento, que deve se desenvolver nos sujeitos, de que a diversidade é potencialmente geradora de riquezas para nosso convívio e formação social.

Além de pensar as mídias como componentes fundamentais dos processos de constituição e de promoção da cidadania, é necessário dar atenção aos sujeitos presentes nesses processos. Historicamente, na América Latina, pessoas e grupos sociais oprimidos já inventavam formas de resistir às imposições dos invasores europeus. A resistência teve desenvolvimentos, rupturas e subversões relacionadas às práticas culturais impostas, apropriadas de modo a afirmar elementos de culturas e valores próprios dos povos latino-americanos. Considerando as propostas de Certeau (1994), feitas as ressalvas de

re-contextualização necessárias, podemos pensar que os sujeitos, contemporaneamente inseridos em ambientes comunicacionais reconfigurados pela esfera digital, hegemônicos ou não, são capazes de realizar movimentos de produção de sentido e de produção comunicativa desviantes dos sentidos propostos pelas mídias.

O pensamento de Certeau (1994) é fundamental para restituir o lugar da cultura como um lócus de produção, de constituição de lógicas e de estilo próprio. As culturas têm potencial para constituir sentidos desviantes, diferenciados, valores que contradizem os determinados pelo sistema hegemônico. Ao olhar para os meios de comunicação e suas produções, concebemos que os mesmos oferecem um sentido *preferencial* de significação, como propõe Hall (2009b). Entretanto este sentido não está fechado, há possibilidades de desvios pelo trabalho de apropriação comunicativa, de significação e de reinterpretação, pelos sujeitos, configuradas pelas mais diversificadas mediações sociais, políticas, culturais, econômicas, éticas, religiosas, emocionais, familiares, etc, em uma multiplicidade complexa. Dialogamos com Certeau (1994) para pensar que é no cotidiano, no improvisado, que os sujeitos vão criando suas produções (nas suas maneiras de usar os produtos culturais), significações que podem ser desviantes e responder a outras lógicas, expressando uma resistência cultural.

O controle político-econômico das elites sobre a mídia e as restrições em termos da representatividade multicultural nos meios de comunicação são fatores contrários à construção e constituição da cidadania cultural. Nos trabalhos de Lorite (2010, 2011), por exemplo, podemos encontrar um relato do tratamento dado aos imigrantes brasileiros na Espanha a partir da construção midiática realizada pelas emissoras de televisão locais. O autor descortina, em suas pesquisas, o sentido estereotipado construído em relação aos imigrantes em temas relacionados à prostituição, à imigração ilegal, ao tráfico de drogas e à violência. O tratamento genérico dado aos brasileiros, quando retratados na mídia espanhola, por meio da nomeação *imigrantes*, também revela a simplificação e a negação a uma representatividade igualitária, que se constitua como uma forma de manifestação da cidadania.

Esse traço de violência em relação aos movimentos de afirmação identitária e de representação multicultural, destacado nas pesquisas de Lorite (2010, 2011) no contexto da sociedade espanhola, pode ser evidenciado em diversas sociedades, nas quais as pressões dos grupos hegemônicos (sociais, políticos, econômicos) e os repertórios ideológicos dos produtores se manifestam nas construções midiáticas, num cenário onde os grupos minoritários, de formações multiculturais híbridas, novas, contra-hegemônicas, são colocados em setores periféricos da representação.

Elementos para pensar a construção de uma nova cultura política e cidadã

A ideia de reconhecimento e de respeito às diferenças está presente, também, nas proposições de Santos (2008) quando pensa na possibilidade de realização de um movimento de globalização contra-hegemônico, que seria capaz de estabelecer novas relações locais, nacionais e transnacionais, fundamentado no princípio da igualdade e do reconhecimento. Na perspectiva do autor, não há reconhecimento sem distribuição. “Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2008: 199). Neste sentido, as práticas de reconhecimento multicultural exercidas nas diferentes sociedades não podem estar relacionadas aos movimentos de negação e de dominação característicos da globalização hegemônica. A construção dessa globalização contra-hegemônica passa necessariamente, pela constituição de uma nova cultura política que precisa estar orientada à sociabilidade e à constituição dos sujeitos, de modo a permitir que se construam subjetividades próprias de *emancipação*. Esse exercício de reflexão político-social deve ser profundo e realizado por práticas sociais e educativas que permitam que as pessoas pensem, atuem, que sejam de fato sujeitos dentro do tecido social.

Dentro dessa concepção de *globalização transformadora* proposta por Santos (2008) está inserido, de forma incisiva, o papel da comunicação a partir de uma nova concepção sobre seu trabalho nessa dinâmica. A comunicação está atrelada à construção de uma nova cultura política, a partir de práticas

comunicativas (e midiáticas) que propiciem o debate, a reflexão e a transformação social; que levem os sujeitos a desenvolverem possibilidades de emancipação política, cultural e social, bem como viabilizem seu direito à expressão, à informação e à comunicação, construídos de forma dialógica e democrática.

Nesse sentido, vemos na argumentação do autor uma forte vinculação da comunicação com processos de desenvolvimento e exercício da cidadania, como já mencionamos anteriormente. Nessa problematização, concebemos que os indivíduos, no contexto contemporâneo, devem ser pensados como sujeitos comunicantes/cidadãos, que são configurados de maneira complexa, com singularidades. Na emergência dos meios e das redes de comunicação digitais, esses sujeitos são postos à prática do fazer comunicacional a partir das múltiplas configurações que os constituem como sujeitos complexos. Os processos de comunicação voltados à cidadania precisam visar a transformação social e devem ser concebidos e realizados de maneira a tornar as pessoas partícipes dos mesmos e a possibilitar seu *crescimento integral* (PERUZZO, 2012).

No cenário social brasileiro, como argumenta GOHN (2010), o surgimento de práticas e de processos transformadores no âmbito da comunicação se articula com o aparecimento, a formação e a reformulação dos movimentos sociais. Nesse sentido, a década de 1990 representou uma mudança importante a partir do surgimento de inúmeras Organizações Não Governamentais (ONG's) preocupadas em criar espaços de debate, de reflexão e de luta por direitos, em movimentos de construção e reconstrução das culturas e identidades dos sujeitos a elas ligados e de suas comunidades. Concordamos com Gohn (2010) quando argumenta que o trabalho dos movimentos sociais é relevante no desenvolvimento de processos que possibilitem a construção de uma nova cultura política e que participem da configuração do cenário econômico e político, em tentativas de debate e desconstrução dos modelos de distribuição e representação hegemônicos vivenciados e de construção de novas alternativas.

A partir disso, pensamos que se faz necessário problematizar como os movimentos sociais *comunicacionais* são fundantes nos processos transformadoras em nossa América Latina, seja pelos processos de comunicação que estabelecem entre seus integrantes, seja pelo diálogo entre os mesmos, com a sociedade civil e com as organizações do Estado. Mais do que isso, compreendemos que os movimentos sociais de natureza comunicacional são potenciais construtores de uma consciência crítica nos indivíduos, no sentido de que a verdadeira *transformação ocorre na mentalidade dos sujeitos* (CASTELLS, 2013), e de que *aprendemos a ser cidadãos* (CORTINA, 2005) a partir do reconhecimento de nós mesmos como sujeitos críticos, reflexivos, partícipes e dotados de autonomia social, cultural, comunicacional e política na sociedade.

Em um movimento crítico profundo a certa euforia que gira em torno dos avanços da internet, especialmente pelas práticas de comunicação digital proporcionadas pelas novas redes, Mattelart (2009) argumenta que vivemos em um *mundo vigiado* no qual o controle, onipresente e constante, é potencializado pelas tecnologias de informação e de comunicação postas a serviço cotidiano. O alerta do autor tem como foco as políticas de controle e de espionagem impostas principalmente pelo governo dos Estados Unidos, embasadas por aparatos judiciais, legislações e até mesmo pelo incentivo e fortalecimento de iniciativas privadas nesse âmbito. Essas ações de vigilância e de controle afetam todas as práticas comunicacionais cotidianas dos sujeitos ao redor do mundo. Com base nisso, para pensar a comunicação e suas imbricações com a cidadania julgamos ser necessário, também, considerar obrigatoriamente que os movimentos de mudança social, de empoderamento e de visibilização das minorias culturais/sociais ao redor do mundo estão sob a vigilância e potenciais tentativas de controle por parte desses poderes.

Nesse sentido, concebemos que a cidadania está atravessada por contextos múltiplos e que devemos incorporar esses contextos problemáticos, em suas mais variadas intersecções, quando refletimos sobre os vínculos entre comunicação e cidadania no campo da pesquisa científica.

Referências

- BONIN, Jiani Adriana. Problemáticas metodológicas relativas à pesquisa de recepção/produção midiática. In: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. 1 ed. Salamanca, Espanha: Comunicación social ediciones y publicaciones, 2014. p. 41-54
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- HALL, Stuart. A questão multicultural. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte / Brasília: Editora UFMG /UNESCO, 2009a. p. 51-100.
- _____. Codificação e decodificação. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte / Brasília: Editora UFMG /UNESCO, 2009b. p. 387-404.
- LORITE, Nicolás. Televisión informativa y modelos de dinamización intercultural. In: MARTÍNEZ LIROLA, María. (Ed.) **Migraciones, discursos e ideologías en una sociedad global**. Alicante: Colectiva, 2010. p. 19-41.
- LORITE, Nicolás e BADET, MARIA. Tratamiento mediático de la inmigración brasileña en España. In: SOLÉ, Carlota, CAVALCANTI, Leonardo, PARELLA, Sonia. (Ed.) **La inmigración brasileña en la estructura socioeconómica en España**. Madrid: MTIN, 2011. p. 49-80.
- MALDONADO, Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. 1 ed. Salamanca, Espanha: Comunicación social ediciones y publicaciones, 2014. p. 17-40.
- MATTELART, Armand. **Un mundo vigilado**. Barcelona: Paidós, 2009.
- PERUZZO, Cicilia M. K. **A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@**. In: XXI Encontro Anual da Compós, 2012. Anais do XXI Encontro Anual da Compós. Juiz de Fora, MG: Compós, 2012. p. 1-15.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova**

cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.